

# revista **Eletróbrás**

Ano 1 • Nº 3 • Abril 2005

## Energia Solar

Uma alternativa às fontes não renováveis

## Balanço

Eletróbrás fecha 2004 com lucro de R\$ 1,29 bilhão

## Em busca de técnicos competentes e independência decisória

“Estabilidade regulatória é, no caso do setor elétrico brasileiro, uma variável que depende de uma Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tecnicamente competente e com independência decisória”. Por trás da afirmação do novo diretor-geral da agência reguladora, Jerson Kelman, há – além da defesa da autonomia da Aneel – um desejo de manter elos de colaboração com o governo. “A independência das agências reguladoras não impede que elas colaborem intensamente com o governo, fornecendo subsídios para a formulação da política do setor. Quero dizer que, se é certo que a formulação da política é de exclusiva competência do governo, também é certo que a agência reguladora deve detectar os efeitos das decisões governamentais e, quando for o caso, fornecer com absoluta lealdade e espírito público sugestões quanto à política setorial”, disse o ex-diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). Kelman alerta para o fato de que, quando há instabilidade de regras, o chamado “risco regulatório” acaba sendo pago pelo consumidor. “É como o caso dos motoristas que dirigem irrequietamente, mudando de faixa de rolamento a cada instante: acabam criando uma turbulência no escoamento que atrasa a todos, inclusive a eles próprios. Assim também é na regulação”, compara.



*Qual o seu principal desafio dentro da Aneel?*

Minha prioridade na Aneel será manter um quadro técnico com alta capacitação. Um recente trabalho de consultoria realizado por Ashley Brown, do Harvard Electricity Policy Group, e por Ericson de Paula, da DTC Energia, por solicitação do Ministério de Minas e Energia e com o patrocínio do Banco Mundial, elencou 28 importantes recomendações para o aperfeiçoamento da regulação de

“Quando há instabilidade de regras, o ‘risco regulatório’ é pago pelo consumidor”

energia elétrica no Brasil. Uma das recomendações demonstrou a preocupação com o plano de cargos e salários da Aneel. O problema é que a agência vem perdendo muitos de seus técnicos para o mercado, basicamente por conta da diferença de salários. Portanto, é preciso em primeiro lugar motivar o Congresso a tratar desse assunto, possivelmente sugerindo a mesma abordagem que estabilizou a situação dos fiscais da Receita Federal e dos procuradores federais.



*As agências reguladoras devem ser independentes?*

É desejável que as agências tenham seu orçamento não contingenciado. Hoje, o governo e a ministra Dilma Rousseff, em particular, abraçam a tese de que a estabilidade regulatória no setor elétrico depende de uma agência tecnicamente competente e com independência decisória. A Aneel não é como o Procon, cuja missão concentra-se na defesa dos consumidores, não é uma entidade dos agentes econômicos do setor e também não é um braço do Executivo, embora esteja a ele vinculado. A independência das agências reguladoras não impede que elas colaborem intensamente com o governo, fornecendo subsídios para a formulação da política do setor. Quero dizer que, se é certo que a formulação da política é de exclusiva competência do governo, também é certo que a agência reguladora deve detectar os efeitos das decisões governamentais e, quando for o caso, fornecer com absoluta lealdade e espírito público sugestões quanto à política setorial.

“A independência das agências reguladoras não impede que elas colaborem com o governo”

*Qual a posição da Aneel em relação à liberação de licenças ambientais para novas usinas?*

Isso não é papel da Aneel. Mas, como estive na ANA (Agência Nacional de Águas), tomo a liberdade de me oferecer para colaborar neste processo. No passado, as concessões eram emitidas sem a licença prévia ambiental. O empreendedor, de posse da concessão, tinha que se entender com o órgão de licenciamento ambiental federal ou estadual, dependendo do caso. Havia dois equívocos. Por um lado, o tema ambiental era enfrentado muito tarde, depois de tomada a decisão em favor do empreendimento. Por outro, o órgão de licenciamento ambiental freqüentemente se comportava como se o que estivesse em jogo fosse apenas o interesse privado de algum empreendedor, visando exclusivamente o lucro. Nas condições atuais, é razoável esperar que a aprovação da construção de um conjunto de usinas e linhas de transmissão seja uma responsabilidade do MME (Mi-

nistério de Minas e Energia) e do MMA (Ministério do Meio Ambiente). Isso significa uma valorização da questão ambiental.

*As regras do setor elétrico estão claras? Qual o papel da Aneel no caso da regulação do setor?*

É necessário dar seguimento ao processo já estabelecido na Aneel, no sentido de dotar o setor de regras claras e estáveis. Quando há instabilidade de regras, os agentes aumentam a taxa de risco dos projetos, o que mexe na remuneração para o capital e, portanto, implica tarifas mais altas. São os consumidores que pagam o chamado risco regulatório.

É como o caso dos motoristas que dirigem irrequietamente, mudando de faixa de rolamento a cada instante: acabam criando uma turbulência no escoamento que atrasa a todos, inclusive a eles próprios. Assim também é na regulação. Uma agência reguladora deve resistir à tentação de estar continuamente refinando decisões e regras, porque os agentes percebem essas mudanças como instabilidade.

*Na sua opinião, o novo modelo do setor foi bem elaborado?*

Alguns criticam o novo modelo porque ele restabelece o planejamento governamental. Contrariamente à posição desses críticos, o Conselho Mundial de Energia afirma que, em vez de se adotar um modelo baseado apenas na competição dos agentes no mercado atacadista de energia, é preferível adotar um modelo baseado na combinação de mecanismos de mercado com planejamento governamental. Exatamente o que está sendo implantado no Brasil. O modelo está contribuindo para que a regulação do setor elétrico seja transparente, eficaz e estável, visando a equilibrar os interesses dos consumidores, dos agentes e do governo. Essa é uma condição essencial para que o setor se desenvolva de forma harmoniosa. ■

\*Jerson Kelman  
Presidente da Agência Nacional  
de Energia Elétrica (Aneel)